



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Encontro Nacional “Pelo direito a ser Professor!”

MOÇÃO

Apesar das promessas de que aos sacrifícios se associaria a recuperação económica, o atual governo, incapaz de alterar a situação que, já com o anterior, se estava a degradar, agravou-a, impôs ainda mais e mais fortes medidas de austeridade, empobrecendo o país e os trabalhadores, sem que, no entanto, tal permita vislumbrar qualquer recuperação.

A face mais visível da atual política são os cortes nos salários, subsídios e pensões, a destruição e encerramento de serviços públicos, a redução do emprego, o aumento da precariedade e o agravamento das assimetrias económicas, sociais e regionais. O país está mais endividado, não há crescimento económico e a dependência da agiotagem estrangeira é ainda maior do que no início da legislatura.

Esta situação é agravada pelo desrespeito por normas fundamentais do Estado de Direito Democrático, levando a uma evidente degradação da qualidade da Democracia, marcada por sucessivos ataques ao Tribunal Constitucional e à contratação e à negociação coletiva. Neste contexto, os processos negociais e o relacionamento institucional são pouco mais do que cumprimento de calendário, com uma seleção criteriosa dos parceiros quase sempre identificados politicamente com a área dos partidos da governação.

Assim, considerando que o ataque do governo aos trabalhadores portugueses tem agora duas frentes fundamentais:

- a) A que resulta do **Documento de Estratégia Orçamental** (DEO) destinado a condicionar os Orçamentos do Estado dos próximos anos aos compromissos assumidos pelo governo junto da troika e da UE, por via do tratado orçamental [implicação na degradação dos estatutos profissionais e desmantelamento das carreiras docentes, cortes salariais, contribuição de sustentabilidade, tabela remuneratória única, encerramento de serviços públicos, reorganização da rede e sufoco financeiro, designadamente no ensino superior];
- b) A designada **reforma do Estado**, que o governo pretende sujeitar ao guião “um Estado melhor”, é um verdadeiro manual de desmantelamento das funções sociais do Estado, um processo que constitui um efetivo ajuste de contas com Abril, há muito desejado pela direita no poder: maioria parlamentar, governo e presidente da República [desresponsabilização do Estado, transferência de competências, municipalização da educação, contratos de autonomia, privatização com o reforço dos contratos de associação, a criação de escolas independentes e a prática do cheque-ensino].

Os docentes reunidos no Encontro Nacional realizado em Lisboa, no dia 16 de julho de 2014, decidem:

1. Prosseguir a ação e a luta contra as políticas que são responsáveis por tantos e tão graves problemas, mantendo a exigência de demissão do governo e convocação de eleições antecipadas e por uma política alternativa que defenda a Escola Pública, respeite e valorize o trabalho e os trabalhadores, nomeadamente os profissionais docentes, e reforce as funções sociais do Estado, valorizando os serviços públicos que as concretizam;
2. Reforçar a mobilização e a ação em defesa dos estatutos das carreiras docentes (ECD, ECDU e ECDPESP) e da manutenção das atuais estruturas de carreira e correspondentes grelhas salariais, de modo a manter-se a identificação dos seus estatutos profissionais com o importante papel social que desempenham e a impedir a sua extinção enquanto corpo com características específicas na Administração Pública;

3. Recusar qualquer transferência de novas responsabilidades para o poder local, através do designado processo de municipalização da educação, sem que seja precedida de um debate público com todos os parceiros educativos, e recusar, inequivocamente, qualquer tipo de transferência de responsabilidades a nível da gestão do pessoal docente para as autarquias, exortando os professores que exercem atividade nos concelhos em que se prevê o desenvolvimento de experiências de municipalização a intervirem, exigindo o acesso a toda a informação e tomando posição sempre que tal se justifique;

4. Apoiar todas as lutas das populações contra o encerramento das suas escolas;

5. Apelar ao aprofundamento da luta contra a precariedade, o desemprego e a instabilidade profissional e do próprio sistema de ensino, que são, em grande medida, resultado da recusa do MEC a regulamentar o que, no plano do direito comunitário, tem força obrigatória (Diretiva 1999/70/CE, de 28 de junho), designadamente para o ensino superior e investigação, ou fazendo-o de forma insuficiente para os restantes setores;

6. Recusar e lutar contra qualquer nova prova (PACC) destinada a humilhar e degradar a imagem social dos professores, sendo convocada nova greve à vigilância dessa prova, caso se realize, e apelando ao envolvimento dos próprios professores contratados em todas as ações que contribuam para derrotar, de novo, a PACC;

7. Apelar à subscrição das **petições** distritais/regionais em defesa da Escola Pública que ainda não reuniram as 4.000 assinaturas necessárias para que subam a plenário na Assembleia da República;

8. Apelar ao reforço da subscrição do **Apelo em Defesa da Escola Pública** com vista a que, a partir do mesmo, se amplie a convergência da comunidade educativa, orientada para a concretização do objetivo definido;

9. Apelar à **convergência na ação de todos os docentes e investigadores**, em defesa da profissão, dos estatutos de carreira, da escola pública e do insubstituível papel do Estado na promoção e regulação do sistema educativo.

E apoiam:

- A realização de um grande **Plenário Nacional de Professores**, a realizar **no início do próximo ano letivo, sob o lema “Toca a reunir em defesa do ECD”**;

- A promoção **de um processo de auscultação dos docentes, sejam do ensino público, sejam do ensino particular e cooperativo, sobre a ação a desenvolver, face às propostas, quer do governo, quer da AEEP que se destinam a agravar as condições de trabalho nas escolas e a desvalorizar o exercício da profissão de professor**;

- A convergência entre todos os que integram **a comunidade educativa, no sentido de promover uma grande iniciativa nacional em Defesa da Escola Pública**, do seu caráter inclusivo e universal e do seu desenvolvimento segundo padrões exigentes de qualidade.

Para além destas ações e lutas, os professores, educadores e investigadores presentes consideram que outras ações e lutas deverão ser desenvolvidas, a decidir em cada momento, de acordo com as situações concretas que, entretanto, surjam. Essa ação, para além de se desenvolver no plano da luta reivindicativa, poderá ainda passar por iniciativas em domínios como o jurídico ou a institucional.

Lisboa, 16 de julho de 2014